

CASO 'MARIA LUÍZA'

STJ quer mais explicações

A sub-procuradora da República, Julieta de Albuquerque, solicita informações sobre omissão de pagamento

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encaminhou ofício solicitando informações ao presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM), desembargador Arnaldo Carpinteiro Pêres, e ao Procurador-Geral do Estado (PGE), Frâncio Lima, a respeito da sindicância que tramita no tribunal movida pelos herdeiros de Eduardo Silveira Lima e pela advogada Maria José Menescal.

No processo, o presidente do TJ/AM é acusado de prática de crime de responsabilidade por ter "voluntária e conscientemente se omitido do pagamento do precatório 01/98 (dívida do Estado a ser paga por determinação da Justiça) referente a honorários advocatícios no valor de R\$ 7,382 milhões, devidos a Maria José Menescal e a multa de R\$ 955,9 mil em favor de Maria Luíza, valores originados de ação rescisória julgada improcedente pelas Câmaras Reunidas do TJ-AM".

Os esclarecimentos a Arnaldo Carpinteiro Pêres e Frâncio Lima devem dar de para respon-



Carpinteiro afirma que não se pronuncia sobre o caso antes de ser notificado



Frâncio Lima diz que está juntando as documentações necessárias para se explicar

DESTAQUE

Pela assessoria, o presidente do TJA disse que não vai se pronunciar sobre o parecer do MP porque ainda não foi notificado pelo STJ. Frâncio Lima, também diz não ter sido notificado, mas que já está preparando as informações

pela sub-procuradora da República, Julieta Fajardo Cavalcante de Albuquerque, que em seu parecer afirma que são necessárias explicações dos envolvidos para maior compreensão e apuração dos fatos.

A sub-procuradora quer saber, por exemplo, se já foi cum-

por João dos Santos Aguiar, que determinou o pagamento do precatório e em caso de resposta negativa, qual a motivação para o descumprimento do despacho do magistrado.

RESERVA DE RECURSOS
Julieta Albuquerque pede ainda

dos recursos para a sua quitação e, diante do tempo transcorrido do ano 2000 até agora, qual procedimento que vai ser adotado para o pagamento do precatório "em decorrência do respeito que se há de manter quanto à ordem cronológica e preferencial dos títulos atualmente sendo salda-

Ofendidos na honra

Em outra manifestação do Ministério Público Federal, a mesma sub-procuradora da República Julieta Albuquerque pede a notificação do presidente do TJA sobre a interpelação judicial movida pelos advogados Irapuan Sobral Filho e Rodrigo de Sá Queiroga a respeito de declarações de Carpinteiro Pêres em reportagem publicada por A CRÍTICA em 11 de março de 2006. Contestando a afirmação dos advogados de que estaria descumprindo ordem de pagamento de precatório, o desembargador-presidente teria afirmado que Irapuan e Rodrigo, "mediante expedientes não recomendáveis, tentam intimidar a autoridade fazendo uso indevido dos meios de comunicação e com indistigável má-fé". Argumentam que as palavras do magistrado depreciam a honra deles e pedem a confirmação, retratação ou o dimensionamento da ofensa.